



Lima Barreto e o jornalismo no Rio de Janeiro da Primeira República

DENILSON BOTELHO*

Esta comunicação apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Imprensa e literatura na Primeira República: Lima Barreto e a ‘indústria’ do jornal”, que conta com o apoio da FAPESP. Tomando a Capital Federal durante a Primeira República como recorte espaço-temporal de investigação, abordo a produção de Lima Barreto como um dos escritores cuja trajetória enseja uma análise das relações entre imprensa e literatura no início do século XX.

Percorrendo seus artigos, crônicas, contos, romances, diários e correspondências, percebe-se como este escritor compreende e analisa o papel da imprensa, bem como o próprio jornalismo. Encontramos especialmente em Lima Barreto um testemunho da emergência de um novo jornalismo e de uma imprensa que se modifica a partir das inovações tecnológicas e tipográficas da época, bem como introduz a divisão da redação em editorias especializadas tal como conhecemos ainda hoje. Trata-se do momento em que muitos jornais se transformam progressivamente em empresas.

Contudo, para além do testemunho, esse escritor fornece também uma visão extremamente crítica desse processo e dos seus resultados nas primeiras décadas do século XX. Desta forma temos na trajetória desse literato tanto a figura do escritor-jornalista, quanto a percepção crítica da imprensa carioca da Primeira República. Penetrar neste universo através da produção literária de Lima Barreto nos permite examinar as práticas do jornalismo naquele período e questionar o mito da imparcialidade da imprensa – frequentemente invocado pelos mais variados veículos, inclusive nos dias que correm.

* Doutor em História Social pela Unicamp. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), atuando na área de História do Brasil do Curso de História (Graduação), no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Esta comunicação refere-se a pesquisa financiada pela FAPESP (Auxílio à Pesquisa – Regular, Processo 2015/06882-0).

Enfim, trata-se de discutir a própria função social do jornalismo tomando por base as relações entre história, literatura e jornalismo. Essa abordagem desenvolvida sob a perspectiva da história social da cultura, preocupa-se em situar os textos do escritor na relação dialética entre literatura e sociedade. Uma história que serve ao mesmo tempo para desmontar o que Lima Barreto chamou de “engenhoso aparelho de aparições e eclipses”, bem como para combater “a estupidez das multidões” (BARRETO, 1909: 137) que, na percepção do literato, o jornalismo fomentava e difundia.

Considerando os limites dessa apresentação, proponho-me a fazer aqui apenas alguns comentários sobre a atividade de cronista de Lima Barreto, destacando brevemente o modo como algumas crônicas abordam a imprensa e o jornalismo. Com isso, a minha expectativa é compartilhar minimamente o quanto esses textos são reveladores da construção de uma compreensão crítica do papel desempenhado pela imprensa na sociedade brasileira daquela época. Então, vejamos.

Se há um defeito que Lima Barreto faz questão de ressaltar nos nossos jornais, é a pobreza de seus conteúdos. Na crônica intitulada “Os nossos jornais”, publicada na *Gazeta da Tarde*, em 18/10/1911, o escritor observa que são longas as seções sobre exército, marinha, estradas de ferro, e alfândega, por exemplo, que são “de nenhum interesse” ou que interessam “a um número tão restrito de leitores”. Isso deveria, portanto, ser objeto de publicações oficiais. Da mesma forma, são pobres também em informações sobre a vida em outros países, afora telegramas lacônicos. Pelos jornais não se sabe também da vida nos Estados, nem da própria cidade.

Outro problema, em matéria de conteúdo, é uma espécie de colunismo social, a exemplo dos “idiotas ‘Binóculos’”¹, que se dedicam a dar lições de etiqueta e comportamento ou a publicar nomes próprios nos jornais. Ver seu nome sair no jornal alimenta a vaidade dos citados. E, sendo assim, Lima sugere que “a coisa devia ser paga” (BARRETO, 1911).

Essa mesma crônica ainda observa que os jornais dão muita importância aos fatos policiais, com grande número de fotografia de cadáveres. Incêndios vagabundos ocupam espaço excessivo,

¹ Referência à seção criada por Figueiredo Pimentel na *Gazeta de Notícias*.

tornando-os verdadeiras “Gazetas do Crime” ou “Gazetas Policiais”. Como se pode observar, o recurso ao sensacionalismo no jornalismo tem a sua história e não é recente.

Segundo Lima Barreto, os jornais “desprezam tudo o mais que forma a base da grande imprensa estrangeira. Não há as informações internacionais, não há os furos sensacionais na política, nas letras e na administração. A colaboração é uma miséria”. Excetuando a *Imprensa*² e *O País*³, “os nossos jornais nada têm o que se ler” (BARRETO, 1911). A não ser o velho *Jornal do Comércio*, pelo menos no aspecto conteúdo.

E os jornais vespertinos também não são melhores, com exceção do *Jornal do Comércio* e da *Gazeta da Tarde*. “Seria tolice exigir que os jornais fossem revistas literárias, mas isto de jornal sem folhetins, sem crônicas, sem artigos, sem comentários, sem informações, sem curiosidades, não se compreende absolutamente” (BARRETO, 1911). Vale ressaltar que era comum na época a publicação de folhetins nas edições da tarde de alguns periódicos, o que explica o comentário sobre os jornais vespertinos.

Outro problema apontado por Lima é o fato de que os jornais “em geral, não querem pagar a colaboração; e, quando a pagam, fazem-no forçados por empenhos” (BARRETO, 1911).

Numa crônica intitulada “As esquinas”, publicada no *Correio da Noite*, em 9/1/1915, há um comentário esclarecedor sobre projeto em discussão no Conselho Municipal regulamentando a venda de jornais nas ruas da cidade, inclusive através da cobrança de impostos. Lima Barreto defende a regulamentação para que os jornais sejam vendidos em quiosques, como acontecia em outros países. E argumenta que os jornais “são artigo de comércio como outro qualquer e dessa mercancia diversas pessoas auferem lucros, às vezes mesmo fabulosos” (BARRETO, 1915a). Ou seja, o cronista deixa claro que vê o jornal como uma mercadoria, cuja venda resulta em lucros. Não há nenhuma ingenuidade no modo como concebe o jornal, que nesse período vai se transformando cada vez mais numa empresa que faz da notícia um produto à venda, uma mercadoria.

² Jornal dirigido por Alcindo Guanabara.

³ Jornal dirigido por João Laje.

Em “Oposição jornalística”, publicada na *Careta*, em 18/09/1915, Lima Barreto descreve como a imprensa é movida por interesses políticos. O texto argumenta que todos os jornais estão na oposição, mas nenhum o está completamente. “Assim são todos eles” (BARRETO, 1915b). Ou seja, não existe imprensa neutra, imparcial, isenta. Movem-se de acordo com seus interesses e afinidades políticas.

N’O *Debate*, em 9/8/1917, ao discutir a instituição do júri popular, que João Laje gostaria de ver constituído apenas por “homens de certa posição”, Lima Barreto critica a imprensa por ser deliberadamente utilizada como instrumento de favorecimento pessoal e dos interesses da elite, ao invés de servir ao debate desinteressado entre especialistas⁴. Percebe assim claramente como no jornal se manifesta a luta de classes.

O mais curioso, neste nosso jornalismo moderno, é que, como muitas de todas as outras coisas da nossa atividade mental, sejam chamados a falar de certos assuntos homens que não tiveram a educação e a instrução para isto, mas que, simplesmente com uma instrução de meros guarda-livros e auxílio do dinheiro de argentários, se arrogam o direito de falar sobre questões sociais e políticas. (BARRETO, 1917)

É assim que João Laje quer discutir a instituição do júri, no qual entende que “só deviam sentar-se ‘homens de certa posição’”.

O que Laje queria era que lá se sentassem os Streets, os Gaffrées, os viscondes de Moraes, os Modestos Leais, os Miguéis Coutos e o próprio Laje, para que fizessem do júri instrumento de suas ambições e de suas especulações dinheiras. (BARRETO, 1917)

Nem mesmo uma seção de matérias pagas escapa às apreciações críticas de Lima Barreto. Na crônica “Pela ‘Seção Livre’”, publicada na *Revista Contemporânea*, em 29/3/1919, o comentário é sobre os “apedidos” do *Jornal do Comércio*, “uma das mais preciosas instituições brasileiras”.

O próprio jornal, numa ocasião em que comemorava seu aniversário, “já fez apologia da seção que inventou e criou. Disse o redator do elogio que ele facilitava a toda gente ser jornalista

⁴ Crônica intitulada “Ao Caio M. de Barros”.

e ficar independente dos profissionais” (BARRETO, 1919). Contudo, para o cronista, não estamos diante de uma “tribuna livre”, como se pode sugerir.

Os inimigos do vovô⁵ dizem, porém, que a sua seção livre é uma válvula de escape para os rancores e despeitos do grande órgão de publicidade, quando a sua expressão escrita não pode figurar nas partes oficiais do jornal. (BARRETO, 1919)

Ou seja, o jornal só publica nos “apedidos” o que lhe interessa e convém. É bom não se iludir com alguma pretensa liberdade de expressão.

De qualquer modo, esta é uma seção que pode ser fonte de muitos aprendizados:

Tão procurados são os ‘apedidos’ pelos advogados e políticos que nós, unicamente com a sua leitura, podemos aprender direito público, civil, internacional, comercial, penal, finanças, malandragens bancárias, traficâncias industriais e negociatas ministeriais. É só lê-los com cuidado. (BARRETO, 1919)

Não é por outra razão que Lima Barreto planeja estudar essa seção mais detalhadamente⁶.

São vários também os textos em que o cronista faz a defesa da liberdade de expressão⁷. Mas ao fazê-lo, não deixa de exercitar o senso crítico em relação aos procedimentos adotados pelos próprios jornais que silenciam diante da censura à imprensa operária, praticando uma omissão reveladora.

No artigo “O caso da *A Folha*”, publicado no próprio *A Folha*, em 14/2/1920, Lima Barreto inicia o texto citando a Constituição Federal, nos itens que tratam da liberdade de expressão da imprensa e dos crimes de responsabilidade do presidente da República, dentre os quais se inclui o de tolher a liberdade da imprensa, impedindo arbitrariamente a publicação ou circulação dos jornais ou outros escritos impressos. Cabe registrar que em fevereiro de 1920 governava o país Epitácio Pessoa:

⁵ Vovô é uma forma de se referir ao *Jornal do Comércio*.

⁶ Cf. “Mansão Olímpica” e os ‘apedidos”, publicada na *Careta*, em 8/1/1921.

⁷ Ver, por exemplo, “*A Maçã e a polícia*”, publicado na *Careta*, em 11/3/1922, que é um texto curto e contundente contra a censura policial à revista *A Maçã*, editada por Humberto de Campos. Ou ainda “Lei de imprensa”, publicado também na *Careta*, em 5/8/1922, com críticas irônicas à Lei de Imprensa de Adolfo Gordo, sugerindo que 5 artigos fossem incorporados à lei, indicando o quanto os jornais são porta-vozes das classes dominantes.

A Constituição Federal, edição oficial da Imprensa Nacional, 1891, Título III, seção II, - Declaração dos Direitos, art. 72, parágrafo 12, diz:

Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, ou pela tribuna sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato.

A lei que dispõe sobre os crimes de responsabilidade do presidente da República diz ainda:

Art. 28 – Tolher a liberdade de imprensa, impedindo arbitrariamente a publicação ou circulação dos jornais ou outros escritos impressos, etc. (BARRETO, 1920)

Ocorre que, na semana anterior à publicação desse artigo, exemplares do jornal *A Folha*, recentemente fundado e dirigido por Medeiros e Albuquerque, foram apreendidos das mãos de vendedores e rasgados pela polícia. Vejamos os motivos dessa ação – a citação é longa, mas esclarecedora:

Não é segredo para ninguém que o jornal desse ilustrado e destemido jornalista vem, desde a sua fundação, mantendo uma campanha contra a venda aos Estados Unidos dos navios que o Brasil tomou à Alemanha, por ocasião de declarar guerra a esta.

Os agentes, como ia dizendo, apreenderam os jornais de Medeiros e Albuquerque, diante do povo bestializado; e, ao outro dia, um único quotidiano teve a coragem de denunciar semelhante escândalo, assim mesmo com reservas e injustificável prudência.

Sou insuspeito para falar assim dos jornais, porque lhes devo muito; mas, por isso mesmo, julgo que a força da imprensa periga, desde que nessa questão de liberdade de pensamento não houver a mais perfeita solidariedade de vistas em defende-la contra os atentados dos governos verdadeiramente poderosos e os que se fingem poderosos, como o atual.

O que se deve indagar primeiro é se todo ataque a um jornal ou à sua liberdade de circulação não é uma ameaça aos outros.

[...] As coisas com A Folha se passaram da mesma forma que com o Spartacus e a Plebe daí.

Neste último caso, os grandes jornais de todo o país não protestaram, ao que parece, porque se tratava de jornais de operários e apontados como anarquistas. Curioso motivo. Então só os doutores ou quase-doutores, ou naturalizados doutores têm pensamento e podem exprimi-lo nos jornais? Então só os jornais de grande tiragem são imprensa? (BARRETO, 1920)

Esse artigo evidencia o quanto os jornais são instrumentos políticos na defesa de certos interesses. Não há imparcialidade, isenção ou neutralidade, o que há é luta política.

Talvez seja essa a razão pela qual Lima Barreto desdenha da homenagem que o prefeito Carlos Sampaio resolveu fazer à imprensa, dando o nome de “Gruta da Imprensa” a um viaduto (BARRETO, 1921b). O cronista⁸ sugere que o lugar escolhido para a homenagem diz algo significativo sobre a homenageada, porque “aquelas bandas de Copacabana não têm fama muito honesta”⁹. E complementa: “Conheço bem essas zombarias das pessoas importantes ao jornalismo. [...] Posso falar de cadeira: pelo lugar em que está e pelo que é a coisa não é muito de lisonjear os rapazes que mourejam nos jornais” (BARRETO, 1921b).

Antes de concluir, vale a pena considerar o que Raymond Williams já observou com muita propriedade sobre os meios de comunicação, objeto dessas crônicas de Lima Barreto:

são sempre social e materialmente produzidos e, obviamente, reproduzidos. Contudo, eles não são apenas formas, são meios de produção, uma vez que a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção. (WILLIAMS, 2011: 69)

Para fazer uma história social da crônica é preciso considerar que o gênero literário em questão é atravessado pela “tensão entre a tarefa de comentar a realidade e o intuito de transformá-la” (CHALHOUB et al, 2005: 17), pois “a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou

⁸ Usando o pseudônimo Jonathan.

⁹ Segundo Felipe Botelho Corrêa, “Gruta da Imprensa é como ficou conhecido o viaduto Rei Alberto, localizado na avenida Niemeyer, e que foi avariado meses depois da inauguração. O nome oficial do viaduto é uma referência à visita oficial do rei da Bélgica em 1920. A gruta está localizada no mesmo local em que houve, em abril de 2016, o desabamento da ciclovía Tim Maia”. Cf. CORRÊA, Felipe Botelho. Sátiras e outras subversões: textos inéditos / Lima Barreto. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016, p. 536.

restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas” (CANDIDO, 1992: 14). Então, encerro essa comunicação com um trecho de uma crônica sobre a dinâmica do jornalismo configurada na Primeira República, ainda que nos pareça extremamente atual: “Não é o criminoso que ganha com o crime; são os jornais. Os delinquentes se fizeram assim, para uso e gozo das folhas volantes” (BARRETO, 1919b).

Referências bibliográficas:

- BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1909.
- BARRETO, Lima. “Os nossos jornais” in *Gazeta da Tarde*, 18/10/1911.
- BARRETO, Lima. “As esquinas” in *Correio da Noite*, 9/1/1915a.
- BARRETO, Lima. “Oposição jornalística” in *Careta*, 18/09/1915b.
- BARRETO, Lima. “Ao Caio M. de Barros” in *O Debate*, 9/8/1917.
- BARRETO, Lima. “Pela ‘Seção Livre’” in *Revista Contemporânea*, 29/3/1919a.
- BARRETO, Lima. “Liga da Defesa Nacional” in *Careta*, em 25/10/1919b.
- BARRETO, Lima. “O caso da *A Folha*” in *A Folha*, 14/2/1920.
- BARRETO, Lima. “‘Mansão Olímpica’ e os ‘apedidos’” in *Careta*, 8/1/1921a.
- BARRETO, Lima. “Gruta da Imprensa” in *Careta*, 26/2/1921b.
- BARRETO, Lima. “*A Maçã* e a polícia” in *Careta*, 11/3/1922.
- BARRETO, Lima. “Lei de imprensa” in *Careta*, 5/8/1922.
- CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão” in _____ e outros. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.
- CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Apresentação” in _____ (Org.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 9-20.
- CORRÊA, Felipe Botelho. *Sátiras e outras subversões: textos inéditos / Lima Barreto*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.



WILLIAMS, Raymond. “Meios de comunicação como meios de produção”. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 69-86.